

O mundo do trabalho e a sociedade moderna

Méri Rosane Santos da Silva*

É fundamental considerarmos que o mundo, tal como está estruturado, é uma construção onde a ação do homem representa um dos aspectos fundamentais de sua existência. Além disso, cada período histórico da humanidade é marcado por um código através do qual todas as relações sociais se estruturam, código este que serve de base para definir tanto as identidades sociais quanto as individuais que, ao mesmo tempo, são construções humanas, com objetivos bem definidos.

Nesse sentido, no período aristotélico, a essência humana era definida pela liberdade, ou seja, a identidade do homem era estabelecida pela maior ou menor independência do indivíduo quanto as atividades que buscavam satisfazer suas necessidades vitais, assim como das relações delas decorrentes. O trabalho, como uma das atividades humanas que, na época, buscavam o atendimento dos ditames orgânicos do indivíduo, não era considerado digno para definir a condição humana. Enquanto tal, ele era visto como uma atividade indigna, reservada a determinado grupo, tais como os escravos, indivíduos sem inserção político-social e, portanto, sem liberdade.

No período medieval, a condição humana era definida pela superioridade das atividades vinculadas à contemplação sobre qualquer outro tipo de atividade, inclusive a política. Estabelece-se o teocentrismo. As necessidades "orgânicas", tais como as de sobrevivência, de alimentação, de proteção às leis da na-

tureza, eram consideradas apenas um dos aspectos da existência corpórea. Essa dependência às necessidades orgânicas básicas de sobrevivência eram consideradas como um fator limitante da expansão dos aspectos humanizantes do indivíduo. O cristianismo é responsável por essa visão, pois via, na contemplação e na satisfação dos valores da vida espiritual, o ideal humano. Considerava subalternas e hierarquicamente sem importância, aquelas atividades que tinham por objetivo o atendimento das necessidades vitais.

Com a revolução burguesa, fortalecida pela Revolução Industrial e Científica, estabeleceu-se uma redefinição da visão do trabalho como princípio da identidade do homem, reforçada pela concepção marxista que entende o trabalho como um fator fundamental na construção e consolidação dos papéis sociais.

O principal objetivo deste estudo é definir as perspectivas do mundo do trabalho e as principais estruturas que definiram a sociedade moderna, com o propósito de tentar acrescentar alguns elementos para a discussão sobre a Educação Física, o Lazer e o Esporte Moderno. Para isso, é fundamental fazer uma análise de como se caracteriza e de como se estrutura o "mundo do trabalho". Assim, são analisados as características das relações sociais, políticas e econômicas que estão centradas na perspectiva do trabalho e que identificaram um período histórico bem definido, denominado sociedade moderna.

1. CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE MODERNA

Cada sociedade tem um ponto referencial, ou como diz Maffesoli (1994),¹ “um mito fundador” e, para entendê-la, é necessário desvendar esse mito específico no qual uma época se estrutura. Uma das caracterizações mais interessantes a respeito da sociedade moderna é feita pelo autor, onde ele diz que há uma multiplicidade de características que identificam a época moderna. A primeira, ele denomina de propensão para o futuro, ou seja, a sociedade moderna é futurista, futurista no sentido de uma concepção linear de história e onde toda organização da vida social, constrói-se dentro dessa linearidade. Assim, o grande mito do século XIX foi a idéia de progresso, entendendo progresso a partir da concepção de projeto (da etimologia latina “projectum”). Essa idéia se transformou na “marcha real da humanidade”.

A segunda característica destacada é a redução à unidade que visa eliminar o conflito, a contradição e os paradoxos. Três pontos, segundo Maffesoli (1994), podem ser usados para descrever essa redução. O primeiro é a constituição dos estados-nação que podemos considerar como uma entidade que se estabelece a partir de uma organização política, social e lingüística. Na constituição dos estados-nação, as particularidades locais foram eliminadas e a meta consistia em “eliminar tudo aquilo que, na particularidade, pudesse impedir esta homogeneização”. O segundo ponto é a formação das instituições, principalmente aquelas que vão marcar a vida social, como a educativa e a familiar. O indivíduo passou a ser tomado pelas instituições, ou seja, ele ficou reduzido à unidade. O terceiro ponto refere-se a constituição das grandes ideologias, dos grandes relatos, isto é, duas ou três grandes tendências serviram de pontos de referência a ações sociais, tais como, o marxismo, o freudismo e o positivismo.

Além dessas características, pode-se dizer, também, que a sociedade moderna assumiu, integralmente, os pressupostos da positividade, centrada na Razão, como princípio fundador e definidor de sua ação prática e teórica. Mesmo sendo estruturada na perspectiva da Razão, Marcuse (s/d)¹ alerta que a sociedade é em si, absolutamente irracional, pois

sua produtividade é destruidora do desenvolvimento das necessidades e das faculdades humanas. Ela se caracteriza pela união entre produtividade e destruição, pela desvalorização da esperança, pela harmonia entre a miséria e a riqueza, pela capacidade de aumentar e distribuir comodidades, de criar necessidades, de transformar destruição em construção. A liberdade de pensamento, de expressão e de consciência foi, pois, substituída por uma cultura que tem por finalidade principal ser mais produtiva e racional, mesmo na irracionalidade.

É preciso considerar também, como extremamente relevantes, outros princípios que são típicos da sociedade moderna: o pragmatismo e o funcionalismo que também estão em relação direta com a lógica da ciência moderna.

O pragmatismo não entende a realidade como um sistema que inclui as emoções e as idéias. Para ele, a realidade deve ser considerada como um conjunto de problemas concretos que podem ser resolvidos com a ajuda de procedimentos científicos “neutros”.

O funcionalismo vê a sociedade como se fosse um organismo que indica as funções necessárias e operações a serem executadas. O funcionalismo, aplicado à sociedade, assegura que a forma de um sistema é o limite de suas possibilidades, preocupando-se em consolidar apenas aquelas mudanças que contribuirão para a sua sobrevivência. Para o funcionalismo, a imaginação não pode ser criativa, no sentido de estabelecer uma nova organização social. A criatividade, entretanto, pode ser valorizada, principalmente, ao provocar “mudanças” que mantêm o sistema funcionando.

Um outro aspecto bastante interessante da sociedade moderna, apontado por Marcuse (s/d), é que ela estabeleceu mecanismos que tornam “a escravidão aceitável, as vezes, até imperceptível”. Para a maioria da população, o trabalho continua sendo uma ocupação para toda a vida e assim, uma atividade escravizadora, uma “escravidão entorpecedora”, desumana e ainda mais exaustiva, em função, principalmente, do aumento da velocidade do trabalho, do controle - dos operadores e das máquinas - e do isolamento dos trabalhadores. Essa definição da sociedade moderna, como uma construção social escravizadora, está

baseada no conceito de escravidão proposto por Perroux (apud MARCUSE, s/d), que a considera não apenas o “estado caracterizado pela obediência ou pela dureza do trabalho realizado”, mas pela transformação do indivíduo à condição de mero instrumento, de coisa. A partir dessa perspectiva, “os trabalhadores da civilização industrial são escravos sublimados, mas escravos”.

Nas formações sociais anteriores, o trabalho, seu produto e a apropriação deste, aparecem em sua forma concreta, direta e sensível, sendo uma necessidade imposta pela natureza. Na modernidade, a lógica da necessidade foi invertida, isto é, as forças produtivas, a ciência e a industrialização rompem com a natureza e tornam a mercadoria uma necessidade, uma segunda natureza. A vida social torna-se possível apenas se incluir o trabalho e a produção de mercadorias. A atividade produtiva se desprende do contexto da criação de valores e transforma-se numa atividade abstrata que traz em si sua própria finalidade. Os recursos humanos e materiais deixam de ser os componentes do metabolismo entre os homens e a natureza, que servem para a satisfação das necessidades. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento fez nascer as forças produtivas modernas que ampliaram enormemente as necessidades e possibilidades humanas.

A sociedade moderna está centrada na perspectiva de que o homem deve ser justificado pela sua produção. A humanidade desse homem é definida através de sua função, determinada pela estrutura dominante de poder e pelo conhecimento, dominado especificamente por cada indivíduo. O homem, a máquina, a empresa, ou a organização social são avaliados pela sua capacidade de produzir o maior número de objetos e de criar situações para que estes sejam consumidos. A produção não se justifica se não houver consumo e só haverá consumo se houver “necessidade”, por isso, muitas vezes, é fundamental criá-las. Assim, a sociedade passa a funcionar da seguinte maneira: quanto mais se produz, mais se está habilitado a consumir, quanto maior o consumo, maior será a produção. O critério para avaliar o bem-estar das pessoas, o seu grau de humanidade e felicidade é o quanto elas são capazes de produzir e de consumir.

Por outro lado, a sociedade moderna defende um projeto, que tem por pressuposto a melhora qualitativa da vida humana, embora ela ainda seja organizada de tal modo que o atendimento das necessidades humanas constituiu uma ocupação de tempo integral e da vida inteira, principalmente para classes sociais específicas, e que são, portanto, não-livres e impedidas de ter uma existência mais digna. Assim, a transitoriedade das necessidades esconde a perpetuação das estruturas sociais de dominação.

Sintetizando, as características da sociedade moderna são as seguintes: desenvolvimento sempre crescente das forças produtivas; aumento nas conquistas da natureza; crescente satisfação de necessidades impostas e socialmente construídas, a um número cada vez maior de pessoas e, finalmente, o estabelecimento de necessidades e aspirações novas.

2. DIFERENTES ABORDAGENS A RESPEITO DO TRABALHO

No decorrer da história do homem, muitos valores têm sido dados a ação produtiva humana, denominada trabalho. Na teoria de Marx, o trabalhador, antes de mais nada, reproduz sua própria vida ao produzir os meios de subsistência e dos quais o homem adquiriu sua identidade individual e social no trabalho. Para ele,

“os homens começam a distinguir-se dos animais quando começam a produzir seus meios de subsistência. A produção prática de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica, é a afirmação do homem como um ser genérico consciente, quer dizer, a afirmação de um ser que se relaciona com o gênero como com sua própria essência ou que se relaciona consigo mesmo como com o gênero. É certo que o animal também produz. Mas produz unicamente o que necessita imediatamente para si ou para sua prole; produz unilateralmente, enquanto o homem produz universalmente; produz unicamente devido à necessidade física imediata, enquanto o homem produz inclusive livre da necessidade física e só produz realmente liberto dela; o animal se produz só a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; o produto do animal pertence imediatamente a seu corpo físico, enquanto o homem se enfrenta livremente com seu produto. O animal cria unicamente segundo a necessidade e à medida de qualquer espécie a que pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a

medida de qualquer espécie e sabe sempre impor ao objeto a medida que lhe é inerente; por isso o homem cria também segundo às leis da beleza". (Marx, apud Enguita, 1993, p. 104)³

Ao introduzir a questão do trabalho na perspectiva da construção da identidade humana, Marx trabalha com conceitos que são fundamentais para entender sua teoria. Mas para que esse estudo tenha sustentação, os conceitos enfocados serão os seguintes: divisão do trabalho, alienação, força de trabalho e mais-valia.

Quanto à *divisão do trabalho*, Marx, segundo Enguita (1993),⁴ não se ocupa de sua divisão em geral, mas da capitalista em particular. Para ele, a mais importante é a separação entre a cidade e o campo. A divisão do trabalho entre campo-cidade e entre cidades logo traz, como consequência, o nascimento da manufatura e sua concentração e desenvolvimento, que permitem a aparição da "grande indústria, e com ela, a aplicação das forças naturais à produção, à maquinaria e a mais extensa divisão do trabalho", a qual "arranca a última aparência de um sistema natural". Por último, os processos de trabalho, identificados com ofícios diferentes ou iguais, vão, paulatinamente, dando lugar à divisão do processo de produção, nas diferentes partes que o compõem. Os processos de desenvolvimento da divisão do trabalho e da concentração do capital correm paralelos.

No que se refere à manufatura, ela estabelece a forma mais importante de divisão do trabalho: a separação entre o trabalho manual e intelectual. Isso teve como consequência a eliminação de qualquer componente intelectual no trabalho do operário, reduzindo-o a uma série de movimentos mais ou menos automáticos, como também automatizou o trabalho científico e técnico e o submeteu, por inteiro, ao domínio do capital. Para Marx (apud Enguita, 1993), "a divisão do trabalho só se converte em verdadeira divisão a partir do momento em que se separam o trabalho físico e o intelectual". Se, na produção artesanal ou nas primeiras manufaturas, exigia-se do trabalhador o desenvolvimento de uma importante habilidade própria, nada disso é necessário quando a manufatura procede à análise e decomposição do processo de trabalho em suas partes mais simples. Na manufatura, essa habilidade é apreendida pelo capital que organiza o processo produtivo; na indústria moder-

na, essas habilidades são absorvidas pela máquina: "A acumulação do saber e da habilidade, das forças produtivas gerais do cérebro social, é absorvida assim, em relação ao trabalho pelo capital, e se apresenta, portanto, como propriedade do capital, e mais precisamente do *capital fixo*", quer dizer da maquinaria.

Quanto à *alienação*, Enguita (1993)⁵ diz que a teoria marxista oferece uma "genealogia da consciência", uma fundamentação materialista do "processo de construção social da realidade como representação". Para Marx, não existem idéias simplesmente falsas da realidade, mas uma realidade falseada, invertida, alienada, que representa a ideologia correspondente. O termo marxista "alienação" é perfeitamente intercambiável pelos de "alheação" ou "estranhamento".

A alienação não é antônimo de "plenitude", nem de domínio das próprias forças produtivas e das relações sociais, mas tão somente o termo oposto à unidade do homem, com as forças produtivas e sociais, não importando o grau em que se estabelece a quebra da unidade. Com a alienação, o valor de troca, vínculo social entre as pessoas, transforma-se em relações sociais entre coisas e a capacidade pessoal, numa capacidade das coisas. As relações sociais entre os homens transmutam-se, encarnam-se, transformam-se em coisas, é o que Marx denomina de *reificação*. O reverso da coisificação das relações sociais é constituído pelo fato de as coisas aparecerem perante os indivíduos como sujeitos, com qualidades sociais. Isto é *fetichismo*.

A partir desse enfoque, passamos a outro aspecto importante que é a análise da *força de trabalho*, transformada numa mercadoria que se troca - vende e compra - no mercado a um preço que oscila em torno do seu custo de produção. O problema reduz-se a mostrar que a força de trabalho tem, como qualquer mercadoria, um valor de uso e um valor de troca. O processo pelo qual o trabalho se converte em trabalho assalariado, isto é, a força de trabalho em mercadoria, para Marx,⁶ não é espontânea. Com o fim das relações feudais, com o desaparecimento da propriedade comunal e com a transformação da propriedade feudal clássica em propriedade privada moderna, desenvolve-se também o acúmulo da propriedade e mercadorização da força de trabalho.

A partir dessa concepção, introduz-se um outro conceito fundamental que é o da *mais-valia*, que se constrói sobre o excedente de trabalho que a força de trabalho produz. Esse excedente de trabalho não será usado no processo de subsistência e de qualificação da força de trabalho, mas será apropriado pelo dono dos meios de produção e, provavelmente, colocado no mercado, como mercadoria, tornando-se valor de troca. Então, esse excedente transformar-se-á em capital, que será acumulado pelos compradores da força humana de trabalho. Entretanto, os agentes do processo de produção, inverteram a relação entre trabalho e capital. Em vez de o capital aparecer como produto do trabalho, como trabalho objetivado, é o trabalho que aparece como um momento do ciclo do capital. A cooperação dos trabalhadores, a associação de diferentes atividades do trabalho, a existência geral da divisão do trabalho entre e dentro dos diferentes processos produtivos não se apresentam como uma forma de organização adotada pelo trabalho, mas como algo inteiramente posto pelo capital.

Finalmente, segundo Alves (1986),⁷ o motivo pelo qual Marx criticou a sociedade capitalista por ela se ter tornado tão materialista, que o ato criativo, que diferencia o trabalho humano do animal, não tem mais papel a desempenhar. Assim como para o animal, o trabalho converteu-se em apenas “um meio para a satisfação de uma necessidade”. Portanto, nenhum prazer psíquico pode ser nele encontrado. O homem já tinha superado a perspectiva essencialmente pragmática de sua ação, mas ao assumir a “ordem da eficácia” ele regride a um tipo de lógica que tinha rejeitado. Para o autor, o homem, paralelamente à sua sobrevivência, precisa construir um mundo que faça sentido, que seja uma síntese entre eficiência e imaginação, que estabeleça um sistema que seja, ao mesmo tempo, instrumento de sua realização e um meio para a sua expressão.

Uma outra autora fundamental para ser estudada, em se tratando da discussão sobre o trabalho na sociedade moderna, é Hannah Arendt. Para ela, tanto na Antigüidade quanto no período Medieval, o trabalho não era considerado suficientemente digno para construir a identidade humana e caracterizar um modo de vida autônomo, principalmente, porque era uma atividade que servia à produção do que era necessário e útil, mas não o libertava das necessidades e privações humanas.⁸

Uma das abordagens mais significativas, sobre o trabalho, feitas por Hannah Arendt, é aquela em que a autora analisa a “*vida activa do homem*”, considerando que as três principais atividades as quais definem a condição humana são o trabalho, o labor e a ação. Para ela, a era moderna trouxe consigo a “glorificação teórica do trabalho”, o que resultou na transformação efetiva de toda a humanidade em uma sociedade operária, de trabalhadores, “uma sociedade que já não conhece outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar a liberdade”.⁹

Assim, na antigüidade, o trabalho não era visto com desdém apenas por ser exercido por simples escravos, mas laborar significava ser escravizado pela necessidade. Por isso, os homens só conseguiam a liberdade subjulgando outros e a escravidão passa a ser uma condição inerente à vida humana. Eles consideravam necessário ter escravos em virtude da natureza servil de todas as ocupações das quais a vida necessitava para sua manutenção. Ao contrário dos tempos modernos, a instituição da escravidão na antigüidade não foi uma forma de obter mão-de-obra barata, nem instrumento de exploração para fins de lucro, mas sim a tentativa de excluir o labor das condições da vida humana.

Dentro da classificação apresentada por Arendt (1983), o *labor* pode ser considerado como todas aquelas atividades que visam ao atendimento dos diferentes processos biológicos do corpo humano, às necessidades vitais do homem. Portanto, a condição humana do labor é a própria vida, ou seja, o labor assegura não somente a sobrevivência do indivíduo, mas a continuidade da espécie. Outra característica do labor é estabelecer uma luta constante e interminável contra os processos e fenômenos da natureza que, permanentemente, invadem o mundo humano. Essa luta pode ser ainda menos “produtiva” que o metabolismo direto do homem com a natureza. Para as atividades do labor, a natureza é a grande provedora que, igualmente, pertence a todos. Já no trabalho, a natureza fornece apenas os materiais que são destituídos de valor, pois todo o seu valor será definido pelo trabalho realizado sobre eles. As atividades do trabalho sempre foram destruidoras da natureza. O homem trabalhador sente-se “dono” e “senhor”, inclusive, do meio ambiente; a ele tudo é permitido,

quando a idéia é o “domínio” dos fenômenos naturais que impedem ou dificultam o “progresso”, as manifestações humanas. Essa visão é típica da sociedade moderna. O homem, ao laborar, ao contrário, com seu próprio corpo, “nutre” o processo da vida, podendo ser o amo e senhor de todas as criaturas vivas, mas ainda continuará sendo “servo da natureza e da terra”.

Ainda quanto ao labor, também pode-se dizer que é uma atividade antipolítica, porque, na maioria das vezes, realiza-se na esfera privada, são atividades que, mesmo sendo realizadas coletivamente, não são públicas e quando efetivadas dessa forma, exigem a supressão de toda a identidade individual, por ela funcionar na base da uniformidade, principalmente pela restrição de seu único objetivo, a sobrevivência humana

Já o *trabalho* até pode ser uma atividade apolítica, mas jamais antipolítica, visto que Arendt (1983) entende como trabalho todas aquelas “atividades que não têm por objetivo o atendimento das necessidades vitais e que correspondem à produção de um mundo artificial”, de elementos que não pertencem à natureza. Para a autora, a condição humana do trabalho é a “mundanidade”. O trabalho, ao produzir o artefato, garante a permanência e a futilidade da vida humana. Pelo aumento constante e acelerado da produtividade do trabalho, o mundo natural é artificializado e este artificialismo é radicalmente acelerado com o processo de mecanização. Diferentemente do labor, os produtos do trabalho têm certa durabilidade e permanência.

Outra característica do trabalho é ter um começo e um fim definidos e previsíveis, e isto é suficiente para distingui-lo das outras atividades humanas. Por sua vez, o labor, preso ao movimento cíclico do processo vital do corpo, não tem começo nem fim. A ação, mesmo que tenha um começo definido, jamais tem um fim previsível. Essa previsibilidade do trabalho está vinculada, fundamentalmente, à produção e à construção de objetos ou ao cumprimento de tarefas. O trabalho, ao contrário da ação, não é irreversível, tudo o que é produzido por mãos humanas pode ser destruído por elas.

Quanto a *ação*, é considerada a única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem mediações. Segundo Moraes

(1995),¹⁰ a ação, conforme Hannah Arendt é identificada com a política, mas sua definição de política “está na contramão das concepções modernas, que costumam reduzi-las às tarefas administrativas ou fazê-las dependentes dos interesses sociais”. A ação é acompanhada de “certa luminosidade”, que tem o poder de “revelar uma personalidade”, que leva em consideração aspectos como a pluralidade humana e o fato de que o homem é habitante de um mundo e se relaciona entre si.

A “pluralidade” é a base da ação humana, pois, embora sejamos todos homens, ninguém é exatamente igual a outro homem, em qualquer espaço geográfico ou temporal. A ação, ao criar e manter corpos políticos, estabelece as condições essenciais para a construção da história. A pluralidade humana, condição básica da ação, tem o duplo aspecto de igualdade e de diferença, ou seja, se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreenderem-se entre si, se não fossem diferentes, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. É com “palavras e atos que nos inserimos no mundo humano”.

Na sociedade moderna, de acordo com Arendt (1983), a capacidade de agir, no sentido de desencadear processos, tornou-se uma prerrogativa apenas dos cientistas. Mas a ação dos cientistas, que intervém na natureza do ponto de vista do universo e sem considerar as relações humanas e sociais, não tem a capacidade de revelar-se, de produzir e tornar-se história. Assim, a ação passou de uma experiência limitada a um pequeno grupo de privilegiados e os “poucos que ainda sabem o que significa agir talvez sejam ainda menos numerosos”. Além disso, a tentativa de suprimir a ação das atividades consideradas humanas, em virtude de sua incerteza, transformou a capacidade do homem de agir numa atitude em relação à natureza que, até o último estágio da era moderna, irá limitar-se a explorar e a fabricar objetos a partir de materiais naturais.

3. O PAPEL DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Retomando Maffesoli (1994), quando ele coloca que todos os períodos históricos da humanidade são marcados pela existência de um “mito fundador”. Especificamente com re-

lação à Idade Moderna esse mito definidor são os princípios da Ciência e da Tecnologia.

Na sociedade moderna, a verdade científica é a base para que se possa intervir nos fenômenos ou fatos e, fundamentalmente, ela instrumentaliza o homem para que ele possa agir. Assim como a mitologia e a filosofia, a ciência tem por objetivo buscar uma maneira de explicar o real. Porém, o que a diferencia é o modo como isso é feito, visto que a ciência estabelece todos os passos a serem seguidos, sem uma preocupação muito expressa de se adequar ao objeto a ser apreendido e ao homem. Outra especificidade é que os grandes pensadores da Idade Moderna, que construíram o pensamento científico, não estavam necessariamente vinculados a nenhuma instituição e todos se preocupavam com a questão do conhecimento e com o método.

Japiassú (1994) lembra que, na opinião de Foucault, foram três as condições fundamentais que determinaram a produção científica no século passado: *condições econômicas*, pois o desenvolvimento da sociedade industrial produziu problemas novos, que necessitavam ser resolvidos; *condições políticas*, porque se tornou indispensável uma transformação das estruturas políticas nas quais se pudesse situar a produção da riqueza; e *condições teóricas*, pois o modelo das ciências naturais passa a ser estabelecido como o lugar mesmo da verdade.

Outra inspiração fundamental, que consolidou a concepção científica, como pressuposto básico para a humanidade, a partir da Idade Moderna, foi o positivismo construído por Comte. Segundo Japiassú (1994), a ciência e a técnica deveriam ser o centro de todas as ações humanas, inclusive para o Estado, que não poderia ser dirigido pela tradição jurídica, mas por técnicos e cientistas. Assim, o poder moral seria estabelecido pelos cientistas e o poder econômico, pelo sistema industrial em desenvolvimento, naquele período. Dentro dessa perspectiva, o ideal humano passa a ser o indivíduo “positivo”, aquele que respeita o rigor científico e que age baseando-se na análise dos fatos.

Contudo, a concepção científica de análise da realidade, desde o seu processo de emergência e consolidação, sofreu diferentes críticas que acabaram culminando com o que

chamamos hoje de movimento pós-moderno. Para Arendt (1983), o problema é que as “verdades” da visão moderna de mundo, embora possam ser demonstradas em fórmulas matemáticas e comprovadas pela tecnologia, já não se prestam à expressão normal da fala e do raciocínio. A moderna concepção astrofísica do mundo, que teve início com Galileu, e a dúvida que lançou quanto à capacidade dos sentidos de perceberem a realidade, construíram uma concepção onde as verdades legítimas são aquelas que foram captadas e apreendidas pelos instrumentos de medição.

A objetivação do universo tornou-se e continua sendo até hoje a característica da ciência moderna, além do moderno ideal de reduzir dados sensoriais e movimentos terrestres a símbolos matemáticos. Ao invés de observar os fenômenos naturais tal como esses se lhe apresentavam, colocou a natureza “sob as condições decorrentes de um ponto de vista universal e astrofísico, um ponto de vista cósmico localizado fora da própria natureza”. Com isso, a matemática passou a ser a principal ciência da era moderna, que, além de ampliar o seu conteúdo, deixou de se preocupar com aparências, que só serão preservadas se puderem ser reduzidas a uma ordem matemática. A moderna *reductio scientiae ad mathematicam* anulou a observação da natureza pelos sentidos.¹¹

Na sociedade moderna, na concepção de Ricœur (1968),¹² o que há de original, com relação à técnica, é que ela passou a ser “essencial” e não “acessória ou secundária”. Sempre houve um componente técnico na vida humana; desde que existe homem, existe a ferramenta e o instrumento. No entanto, a partir da modernidade, o homem passou a se considerar e a se compreender a partir da técnica, ou seja, a tecnologia passou a ser o elemento essencial da sua definição e do seu destino. A humanidade passou a ser afetada pela civilização técnica quando trabalha, quando consome, quando se compreende, quando age, quando se considera a si mesma e aos outros.

Segundo esse mesmo autor,¹³ pode-se dizer que as principais conseqüências da técnica sobre o trabalho e o trabalhador são: diminuição do caráter penoso no ato de trabalhar, progressiva insignificância do ato de trabalhar - no que se refere à ausência de valor, de monotonia, de tédio na ação de trabalhar — e desenvolvimento do setor terciário. Especifica-

mente com relação ao trabalhador, com o progresso tecnológico, ele está perdendo a autonomia profissional, que o fez membro de uma classe destacada de outros grupos ocupacionais. Na situação atual, as características negativas da automatização predominam, ou seja, o que caracteriza a relação trabalho e tecnologia é a aceleração do trabalho, o desemprego tecnológico, a impotência e a resignação crescente por parte dos trabalhadores.

Assim, pode-se concluir que, enquanto a técnica não se tornou determinante, isto é, enquanto não se transformou numa parte do essencial e do necessário ao homem, o trabalho não compôs a definição da identidade humana. Mas, quando o homem mudou sua atitude em relação ao mundo, não se contentando apenas em contemplar, observar, admirar; querendo dominá-lo e possuí-lo, o trabalho e, por via de conseqüência, a técnica, acabou estabelecendo as identidades sociais e individuais do homem. A natureza tornou-se algo que é preciso vencer e a relação do homem com o Universo passou a ser estritamente econômica, principalmente a partir do momento em que a natureza transformou-se apenas numa produtora de matéria-prima.

Portanto, assim como o trabalho, a ciência apresenta todas as características da divisão e da complementaridade das tarefas, da hierarquia, da organização burocrática, da preocupação com a rentabilidade, com os conflitos de interesses e com as alianças estratégicas, sejam elas políticas, sociais ou econômicas. Essas características são atividades sociais, com um programa coletivo de conquista da verdade e de definição do modo de ser do indivíduo.

4. AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

É importante analisar, também, as relações específicas entre a ciência e as concepções de trabalho humano, que não se limitam apenas à construção de arsenal tecnológico e de maquinário, mas a ciência está presente também quando o homem estabelece concepções de organização do trabalho, através, principalmente, de técnicas administrativas e de gerenciamento. Assim, segundo Braverman (1976)¹⁴ a ciência é a “última propriedade so-

cial a converter-se num auxiliar do capital”. No período de construção dos primeiros avanços científicos, durante os séculos XVI e XVII, a ciência ofereceu algumas das condições para a Revolução Industrial, mas a conexão ainda era “indireta, geral e difusa” - não apenas porque a ciência não estava ainda estruturada diretamente pelo capitalismo, nem dominada pelas instituições capitalistas, mas também devido ao importante fato histórico de que a técnica desenvolveu-se antes e como requisito prévio para a ciência. Para ele, a história da incorporação da ciência à empresa capitalista começa propriamente na Alemanha. O papel da ciência na indústria alemã foi o produto da fraqueza do capitalismo alemão em seus estágios iniciais, junto com o estado avançado da ciência teórica alemã.

Na concepção de Machado (1992),¹⁵ relativa à evolução histórica do capitalismo, podemos caracterizar quatro períodos, sendo os três últimos identificados como “revoluções tecnológicas”. São eles:

1º) a *Revolução Industrial* propriamente dita, abrangendo o fim do século XVII até a crise de 1847 e que se caracterizou pela difusão gradativa da máquina a vapor de fabricação artesanal;

2º) a *primeira revolução tecnológica* surge a partir da crise de 1847 e vai até a última década do século XIX. Pode ser identificada com a adoção efetiva da máquina de vapor de fabricação mecânica;

3º) a *segunda revolução tecnológica* vai do final do século passado até a Segunda Guerra Mundial e se caracteriza pelo uso de motores elétricos à combustão;

4º) o momento atual caracteriza a *terceira revolução tecnológica* que se define pela possibilidade de controle generalizado das máquinas por meio da aparelhagem eletrônica e microeletrônica.

Todas essas transformações tecnológicas constituem ajustamentos na base técnica de produção e representam transformações qualitativas e quantitativas no trabalho humano.

Especialmente em relação aos trabalha-

dores, as mudanças científicas, na organização do trabalho e difusão de inovações tecnológicas, estão permanentemente alterando as características da força de trabalho, em termos de sua composição ocupacional, das qualificações e escolaridade necessárias para as diferentes categorias de trabalhadores, de importância relativa das diversas ocupações no mercado de trabalho. Enfim, de todas as especificidades que caracterizam a heterogeneidade da classe trabalhadora.

Centrando a análise nas relações de trabalho, típicas da Sociedade Moderna, pode-se caracterizar dois modelos de organização do trabalho, que estão diretamente vinculados aos princípios científicos e às transformações na base técnica do processo produtivo da sociedade: o sistema de produção rígida (fordista/taylorista/keynesiana) e o sistema de produção flexível.¹⁶ Essa perspectiva é defendida por diversos autores, entre eles, Harvey (1989)¹⁷ que aceita amplamente a visão de que o longo período de expansão pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, de tecnologias, de hábitos de consumo e de configurações de poder político-econômico, chamado de fordista-keynesiano. O colapso desse sistema, a partir de 1973, iniciou um período de rápidas mudanças. Assim, os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado “regime de produção flexível”.

Porém, é preciso lembrar que as inovações tecnológicas e científicas não têm o poder para alterarem as relações sociais, de uma forma unidirecional e linear. Segundo Antunes (1995),¹⁸ partidário de uma posição tecnicista de análise da inovação tecnológica e de suas implicações para os trabalhadores, o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias é visto como uma dinâmica puramente técnico-científica, autônoma e isenta de determinações políticas. Uma posição “economicista” entende o processo de mudança tecnológica como o puro resultado da competição intercapitalista, condicionada pelos mercados de produtos e de trabalho, gerando, a partir de sua difusão, impactos sobre os trabalhadores. Devemos, no entanto, entender que:

“dentro dos limites históricos e analíticos do capitalismo, a tecnologia em vez de simplesmente produzir relações sociais é produzida pelas relações sociais representadas pelo capital”. (Marx, apud Braverman, 1976, p. 28)

Assim, as novas tecnologias atuam no jogo de forças entre capital e trabalho como relações sociais e políticas objetivas que podem desequilibrar as relações de poder já consolidadas. Portanto, à medida que os avanços tecnológicos seguiram caminhos determinados pelos interesses capitalistas, abriram, para o capital, possibilidades de efetivamente ampliar seu controle.

A partir dessa análise, é possível concluir que o acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve e continuará tendo, pelo menos a curto prazo, uma importância fundamental na luta competitiva. O conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. Assim, retoma-se aquela constatação de que o próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais. O conhecimento científico progrediu notavelmente e, ao mesmo tempo, tornou-se cada vez mais comercial.

Além disso, é fundamental reconhecer a preocupação de Braverman (1974),¹⁹ quando ele alerta que se tornou elegante atribuir ao conhecimento científico e tecnológico, concretizado através da máquina, os poderes sobre a humanidade, que surgem, de fato, de relações sociais. A máquina, mero produto do trabalho e da genialidade humana, é vista por muitos como um elemento neutro e independente nas relações sociais humanas. Segundo ele, essa coisificação da relação social nada mais é que um *fetichismo*.

Parte-se da concepção de que o trabalho, com seus princípios, mecanismos de controle e de disciplinarização, tem definido a sociedade, a identidade do homem e as instituições sociais, dentre elas a escola e conseqüentemente, a Educação Física, o esporte e o lazer. Os princípios do Mundo do Trabalho são o rendimento, a produtividade, o lucro, o consumo, a competitividade e, fundamentalmente, a idéia de progresso. A concepção de que o progresso deve ser ilimitado e que deve ser a mola mestra de toda a ação humana é a perspectiva

fundamental, que tem orientado a sociedade até hoje, e qualquer ação em seu nome é, em princípio, justificada. O progresso é, portanto, um fator que justifica qualquer ato humano. A partir dessa idéia e dos demais princípios acima citados, o trabalho passa a ser a simbologia que centraliza as diferentes formas de relações sociais e, através de suas infinitas perspectivas e finalidades, tem estruturado as relações humanas e definido as identidades individuais e sociais.

A sociedade industrial maquinofaturada implantou um tipo especial de trabalho, não mais ligado às necessidades vitais ou vinculado a valores como criatividade, prazer e ludicidade, mas aquele que tinha como pressupostos a produtividade, a utilidade e a mais-valia. Esse novo tipo de trabalho define o perfil do trabalhador com aspectos específicos, conforme a sua área de atuação. Distingue-se o trabalho do não-trabalho, afirma-se o que é legítimo no processo produtivo, enfim, consolida-se uma hierarquização das funções de produção. O mundo do trabalho se torna a base potencial de uma nova liberdade para o homem, desde que este seja concebido como uma máquina, portanto, mecanizado. A particularidade da sociedade industrial é a significação das necessidades que exigem libertação, enquanto mantém e absolve o poder destrutivo e a função repressiva da sociedade. As necessidades políticas tornam-se aspirações individuais e os meios de informação de massa cumprem a missão de fazer com que os interesses particulares sejam tomados como sendo de todos os homens.

Outra conseqüência da vinculação da sociedade ao mundo do trabalho é a negação de tudo aquilo que não tem utilidade, de todas aquelas atividades que não estão vinculadas ao sistema produtivo e de tudo o que não tem retorno econômico, a curto ou a longo prazo. Porém, tudo aquilo que deve ser vivenciado, usufruído, que é um fim em si mesmo, como as atividades artísticas e lúdicas, é considerado inútil, sem importância econômica. Além disso, algumas atividades que não são imediatamente produtivas legitimam-se por estarem vinculadas a algum outro processo, sendo exemplo disso a educação. Enfim, a produtividade, a quantidade e a utilidade passam a ser os valores primordiais da condição humana, em detrimento da qualidade e do prazer de viver.

No processo de preparação do indivíduo para o trabalho, assumido pela escola, um dos mais importantes objetivos é o da disciplinarização do corpo do trabalhador. Nesse aspecto, a Educação Física está tendo um papel muito importante. Ao se fazer uma rápida leitura da história da Educação e ao analisarmos as várias tendências que a constituíram, seria possível verificar a existência do vínculo da Educação Física ao trabalho produtivo, seja através de sua ação pedagógica ou através dos diferentes conteúdos que se homogeneizaram ao longo de sua existência.

Dentro do processo de consolidação da visão racional e positivista de educação, a Educação Física teve um papel fundamental. Ela contribuiu tanto na domesticação do corpo, como também ideologicamente, no sentido de reprimir, dominar e exaurir aquelas energias vitais, que intervêm nas construções “mentais” e na “aprendizagem cognitiva”. A Educação Física foi introduzida na escola através de dispositivos legais, para atender a um projeto político-educacional concreto, baseado na perspectiva da educação técnica, funcionalista e racional. Ao vincular-se ao mundo do trabalho, a Educação Física não aciona seus aspectos criativos do trabalho, mas incorpora apenas os princípios da mecanização do processo produtivo.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALVES, R. A. (1989). *A gestação do futuro*. Campinas: Papirus.
- ANTUNES, R. (1995). *Adeus ao trabalho?* Campinas: Cortez.
- ARENDT, H. (1983). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- BRAVERMAN, H. (1974). *Trabalho e capital monopolista*. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- ENGUITA, M. F. (1993). *Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação*. Porto Alegre: Artes médicas.
- HARVEY, D. (1993). *A condição pós-moderna*. 3.ed. São Paulo: Loyola.
- JAPIASSÚ, H. (1994). *Introdução às ciências humanas: análise de epistemologia histórica*. São Paulo: Letras & Letras.
- MACHADO, L. R. S. (1993). *Sociedade Indus-*

trial X Sociedade Tecnicizada. In: *Cadernos da ANDES - SN*. Distrito Federal: n. 10, out, p.51-61.

MAFFESOLI, M. (1994). A Ruína do Futuro e a Invenção do Futuro. In: *Revista do GEEMPA*. Porto Alegre: GEEMPA, n.3, mar., p. 09-21.

MARCUSE, H. (s/d). *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.

MORAES, E. J. (1995). Experiência da Dor. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo: 18 jun., Mais, p. 5-8, c.6.

RICŒUR, P. (1968). A Aventura e o seu Horizonte Interplanetário. In: *Paz e Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 27-38.

NOTAS

¹ Ver. Michael Maffesoli, A Ruína do Futuro e a Invenção do Presente. In: *Revista GEEMPA*, p.11.

² Herbert Marcuse, In *A ideologia da sociedade industrial*.

³ Ver Mariano Enguita, *Trabalho, escolar e ideologia*.

⁴ Ver F. Enguita, *Trabalho, escola e ideologia*, p. 109.

⁵ Ver F. Enguita, *Trabalho, escola e ideologia*, p. 135.

⁶ Ver Enguita, *Trabalho, escola e ideologia*, p. 177.

⁷ Ver Rubem Alves, *a gestão do futuro*, p. 162.

⁸ Ver Hannah Arendt, *A condição humana*, p. 21.

⁹ Hannah Arendt, In *A condição humana*, p. 17.

¹⁰ Ver Eduardo Jardim de Moraes no artigo Experiência da Dor, do encarte Mais, da *Folha de São*

Paulo, de 18 de junho de 1995.

¹¹ Ver Hannah Arendt, *A condição humana*, p. 300.

¹² Ver Paul Ricœur, *A Aventura e o seu Horizonte Interplanetário*, In *Homem, ciência, tecnologia*, p. 28.

¹³ *Ibid*, p. 33.

¹⁴ Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista*, p. 138.

¹⁵ Lucia Regina de Souza Machado. *Sociedade Industrial X Sociedade Tecnicizada: mudança no trabalho, mudança na educação*, In *Cadernos ANDES*, p. 53.

¹⁶ Não existe um consenso a respeito dessa subdivisão, visto que, para muitos autores, como Simon Clarke, as últimas transformações na organização e gerenciamento do trabalho são consideradas como um processo de ajuste do fordismo às crises da sociedade capitalista.

¹⁷ David Harvey. In: *A condição pós-moderna*, p. 119.

¹⁸ Ricardo Antunes. In: *Adeus ao trabalho?*, p. 28.

¹⁹ Harry Braverman. In: *Trabalho e capital monopolista*, p. 197.

UNITERMOS

Trabalho, Educação Física, Lazer e Esporte Moderno

*Méri Rosane Santos da Silva é professora auxiliar IV do Departamento de Educação e Ciência do Comportamento da Universidade do Rio Grande-RS (FURG) e mestre em Ciências do Desenvolvimento Humano pela ESEF/UFRGS.